



AZ@BXL

Número: 249 Data: 2022.11.18

No título: [Fajã Lávica da Maia](#), ilha de São Miguel

Nota: A área protegida que vai desde a Ponta da Maia até à Ponta do Cintrão ocupa 2310 hectares. O contorno da linha de costa é recortado por inúmeras baías, onde se localizam algumas praias de areia e de calhau rolado, tais como a de Santa Iria, dos Moinhos e da Maia, muito visitadas nas épocas balneares. A orla costeira é ainda pontilhada por diversos promontórios, como a Ponta do Cintrão, a Ponta Formosa, a Ponta de São Brás e a Ponta da Maia.

É de referir, na baía de Santa Iria, a existência da nascente de água mineral da Ladeira da Velha que brota a uma temperatura na ordem do 30 °C e foi muito utilizada, durante o século XIX e início do século XX, no tratamento de reumatismo, lepra e doenças da pele.

No litoral desta área é possível observar algumas formas geológicas interessantes: disjunções colunares, resultantes de contrações que se geram no seio da escoada aquando do arrefecimento e solidificação da lava; grutas marinhas submersas ou semissubmersas, onde habitam *Muraena augusti* (moreia-preta), *Muraena helena* (moreia-pintada), entre outros; e em frente à fajã Lávica da Maia, um conjunto de pequenas “ilhotas” que funcionam como barreiras naturais, fornecendo proteção contra as fortes ondulações que se fazem sentir com frequência na costa norte da ilha.

Esta área protegida constituída por fundos marinhos rochosos ou de sedimentos e mistos acolhe uma variedade de organismos bastante ampla, desde algas de variadas cores, crustáceos, moluscos, peixes e aves marinhas, que procuram neste local proteção e alimento. Integra ainda a zona de Reserva Integral de Captura de Lapas de Porto Formoso até à baía da Maia.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Declaração final da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas](#)

[Presidente do Governo dos Açores defende na Comissão Europeia papel que Açores conferem ao “prestígio mundial” da UE](#)
[Presidente do Governo dos Açores sublinha em Bruxelas necessidade de atenção às especificidades das Regiões Ultraperiféricas](#)

[Orçamento da UE para 2023: Conselho da União Europeia e Parlamento Europeu chegam a acordo](#)

[Colegisladores aprovam Programa Conectividade Segura da União 2023-2027](#)

[Comunicação da Comissão Europeia “Rumo a um Setor das Algas da UE Forte e Sustentável”](#)

[Comissão Europeia lança Rota da Transição visando a economia social e empresas locais mais resilientes, verdes e digitais](#)

[Crise energética: eurodeputados apoiam planos para impulsionar a utilização de energias renováveis](#)

[UE e Angola celebram o primeiro acordo de facilitação do investimento sustentável](#)



Até 21 de novembro



Produção biológica - produtos e substâncias autorizados (lista atualizada)

De acordo com as regras da UE relativas à agricultura biológica, os produtores só podem utilizar substâncias e produtos que respeitem os sistemas e ciclos naturais e protejam e melhorem o estado do solo, da água e do ar, bem como a saúde vegetal e animal.

A Comissão estabeleceu uma lista de produtos e substâncias autorizados [Regulamento (UE) 2021/1165], que atualiza regularmente, servindo [a presente iniciativa](#) para atualizar essa lista. Tem até às 24 h (CET) do dia 21 de novembro para apresentar comentários sobre este projeto de ato. Os comentários serão tidos em conta na finalização da iniciativa.



Salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social na UE: novas regras

Os recentes acontecimentos em países da UE relativos à propriedade, gestão ou funcionamento de determinados órgãos de comunicação social indicam uma crescente ingerência neste setor. A presente iniciativa visa garantir um melhor funcionamento do mercado dos meios de comunicação social da UE mediante o reforço da segurança jurídica e a eliminação dos obstáculos ao mercado interno. As regras estabelecem um mecanismo para promover a transparência, a independência e a responsabilização por medidas que afetem os mercados dos meios de comunicação social, a liberdade e o pluralismo na UE.

A Comissão Europeia [convida](#) todas as partes interessadas a carregarem os seus contributos relativos à proposta de regulamento até ao próximo dia 21 de novembro.



Atribuição de faixas horárias nos aeroportos da UE — revisão das regras

O Regulamento Faixas Horárias estabelece regras da UE para garantir que, quando a capacidade aeroportuária é escassa, as faixas horárias disponíveis para aterragem e descolagem sejam utilizadas com eficiência e distribuídas de forma justa, não discriminatória e transparente.

Esta revisão visa: utilizar a capacidade aeroportuária de forma mais eficiente; tornar o sistema de atribuição mais reativo e resiliente em contexto de crise; ter em conta outras prioridades políticas, como a descarbonização, a conectividade de qualidade ou a intermodalidade (integração entre sistemas de transporte).

A proposta de regulamento deverá ser publicada no terceiro trimestre de 2023, sendo que os [contributos no âmbito desta consulta pública](#) deverão ser carregados até ao dia 21 de novembro.



Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros [debaterão](#) nesta reunião agendada para 21 de novembro os progressos realizados na execução da Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 e trocarão pontos de vista sobre as medidas tomadas a nível nacional e da UE. Esta sessão será pública. Durante a sessão pública, os ministros debaterão os aspetos agrícolas do regulamento relativo à restauração da natureza. A Comissão apresentará aos ministros os resultados da Conferência da UE sobre Bioeconomia, realizada em 6 e 7 de outubro de 2022, em Bruxelas. Os ministros trocarão pontos de vista sobre a recente comunicação da Comissão sobre os adubos, publicada em 9 de novembro de 2022. A delegação espanhola informará os ministros sobre a necessidade de garantir a disponibilidade e a acessibilidade dos adubos como base para a segurança alimentar.

Os ministros serão informados pela Comissão sobre um plano de ação concreto destinado a promover a transição energética dos setores das pescas e da aquicultura. Os ministros debaterão a necessidade de desenvolver e reforçar a produção sustentável do setor das algas. Estes pontos serão debatidos em sessão pública que poderá acompanhar [aqui](#).

21 a 24 de novembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A última sessão do mês de novembro será marcada pela Cerimónia do 70.º aniversário do Parlamento Europeu. Vários [tópicos](#) serão analisados, entre os quais, por exemplo, o projeto de orçamento retificativo n.º 5/2022 - Medidas adicionais para fazer face às consequências da guerra da Rússia na Ucrânia - Reforço do Mecanismo de Proteção Civil da União - Redução das dotações de pagamento e atualização das receitas - Outros ajustamentos e atualizações técnicas; a futura arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento; debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito; Política Comum das Pescas: restrições do acesso às águas da União; reconhecimento da Federação Russa como um Estado patrocinador do terrorismo; prevenção, gestão e melhores cuidados da diabetes na UE por ocasião do Dia Mundial da Diabetes; ou a estratégia de contração de empréstimos para financiamento do NextGenerationEU.

22 de novembro



Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)

Os ministros [trocarão](#) pontos de vista sobre os impactos a longo prazo da política de coesão nas regiões da UE. O Conselho deverá também aprovar conclusões sobre a política de coesão.

24 de novembro



14º Fórum dos Cidadãos para a Energia

O [14º Fórum dos Cidadãos para a Energia](#) terá lugar em Dublin, Irlanda. Grupos de interesse, ONG, empresas e decisores políticos (ministérios e reguladores) darão o seu contributo sobre questões de consumo de energia na atual crise energética. Em comparação com as edições anteriores, este fórum caracterizar-se-á por um maior enfoque no cidadão, fazendo um balanço das ações dos indivíduos e atores locais para ajudar os cidadãos a prepararem-se para o difícil Inverno que se avizinha, e considerando o que pode ser feito ainda mais quando o Inverno começar. O fórum centrar-se-á nos consumidores de rendimentos médios e

baixos e nas soluções a que estes possam ter acesso. O fórum será transmitido em direto pela Internet. Inscrições disponíveis [aqui](#).



A agricultura tem talento! Educação e formação vocacional para uma agricultura em transição

Este [evento](#) reunirá professores, estudantes, outros formadores e outros atores da UE e a nível nacional para realçar o papel que o ensino e a formação profissional podem desempenhar na criação de um setor agrícola que esteja pronto para a transição verde e digital. Este evento será transmitido em linha. A ligação para a transmissão em direto estará disponível mais perto da data. Inscrições [aqui](#).



Reunião extraordinária do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Os ministros da Energia da UE [procurarão](#) chegar a acordo político sobre um regulamento do Conselho relativo ao reforço da solidariedade mediante melhor coordenação das aquisições de gás, transferências transfronteiras de gás e índices de referência fiáveis dos preços.

O objetivo da proposta é estabelecer regras temporárias no que respeita à aquisição conjunta e à agregação da procura, a uma plataforma de transparência para o setor do GNL e o armazenamento de gás, à contenção da volatilidade dos preços e a medidas de solidariedade transfronteiras.

25 de novembro



Conselho (Negócios Estrangeiros)

Haverá um ponto de situação relativo à reforma e à preparação da 13.ª Conferência Ministerial da OMC. Os ministros [irão](#) igualmente pronunciar-se sobre as relações comerciais entre a União Europeia e os Estados Unidos, tal como realizar-se-á um debate de orientação referente ao apoio comercial à Ucrânia.



Política agrícola comum — alterações do plano estratégico (procedimentos, prazos e número máximo de alterações por ano)

Os países da UE são obrigados a apresentar uma avaliação aprofundada (plano estratégico da PAC) do que deve ser feito para implementar a nova PAC. Essa [avaliação](#) baseia-se numa análise que incide no território e no setor agroalimentar do país em causa. Esta iniciativa tem por objetivo: estabelecer procedimentos e prazos para os países da UE solicitarem alterações aos planos estratégicos aprovados; determinar exceções à regra respeitante ao número máximo de alterações que os países podem apresentar em cada ano civil. O regulamento delegado deverá ser adotado pela Comissão Europeia até ao final de 2022.



Fitossanidade — pragas nas sementes e noutros materiais de reprodução vegetal (atualização)

Esta [iniciativa](#) irá alterar todas as diretivas de comercialização relativas a sementes e outros materiais de reprodução vegetal, tais como os bolbos. As diretivas relativas à comercialização de material de propagação da videira e de fruteiras contêm disposições pormenorizadas sobre os requisitos sanitários.

Por conseguinte, as medidas de proteção contra as pragas não sujeitas a quarentena reguladas pela UE que afetam estes vegetais têm de ser descritas nessas diretivas de comercialização e não na legislação fitossanitária da UE.

Até 1 de dezembro



Saúde e segurança no trabalho — proteção dos trabalhadores contra a exposição ao amianto

Esta iniciativa [visa](#) melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores, graças à revisão da Diretiva 2009/148/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho. A atualização tem em conta os mais recentes progressos científicos e técnicos. O período de apresentação de comentários será encerrado a 1 de dezembro de 2022.

5 de dezembro



Dia Mundial dos Solos

No dia 5 de dezembro celebra-se o [Dia Mundial dos Solos das Nações Unidas](#). A temática deste ano, "Solos, onde os alimentos começam" destaca o valor dos solos para a produção de alimentos, melhor nutrição, e dietas saudáveis.

Os solos são compostos por organismos, minerais e matéria orgânica que fornecem alimentos aos seres humanos e animais através do crescimento das plantas. Segundo as Nações Unidas «tal como nós, os solos precisam de uma alimentação equilibrada e variada de nutrientes em quantidades adequadas para serem saudáveis. Quando as culturas são colhidas, os nutrientes são removidos do solo. Os solos deficitários em nutrientes produzem plantas subnutridas, causando fome a mais de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo.».



Pescas e aquicultura na UE: transição energética

Esta [iniciativa](#) estabelece uma estratégia para a transição energética do setor das pescas e da aquicultura da UE. O setor depende fortemente dos combustíveis fósseis, o que compromete a sua sustentabilidade social, económica e ambiental a longo prazo, bem como a sua resiliência, e contribui para as alterações climáticas.

O objetivo da estratégia é incentivar o setor a acelerar a sua transição energética, começando a abandonar os combustíveis fósseis, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu em matéria de neutralidade climática, biodiversidade e eficiência dos recursos. O convite para apresentação de informações encerra a 5 de dezembro.

Até 6 de dezembro



Bem-estar animal — controlo de veículos de transporte de animais (regras atualizadas)

Esta iniciativa [estabelece](#) requisitos específicos para que os países da UE efetuem controlos oficiais a fim de assegurar que os veículos de transporte de animais cumprem as regras em matéria de bem-estar animal. Os comentários serão tidos em conta na finalização da iniciativa, que resultará na adoção dum regulamento delegado.



Bem-estar dos animais - Disposições práticas para o registo dos controlos do bem-estar dos animais nos navios de transporte de gado

Este regulamento [estabelece](#) disposições práticas para o registo dos controlos oficiais de navios de transporte de gado efetuados pelos Estados-Membros para avaliar o cumprimento das regras de bem-estar dos animais, utilizando uma base de dados partilhada existente. A Comissão Europeia agendou a adoção do regulamento de execução para o final do ano.



Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2020-2024) — avaliação intercalar

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o principal instrumento de que a UE dispõe para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19. A avaliação intercalar, que [decorrerá](#) a meio do período de implementação do Regulamento MRR, examinará, especificamente, a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e determinará em que medida gerou valor acrescentado para a UE. Esta iniciativa decorre de uma obrigação jurídica prevista no artigo 32.º do Regulamento MRR.

Até 7 de dezembro



Viajar — melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão. A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais.

Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. A proposta de regulamento que resultará desta iniciativa deverá ser publicada no segundo trimestre de 2023. Todas as partes interessadas deverão submeter os seus contributos [aqui](#).

8 e 9 de dezembro



Conferência “Perspetivas Agrícolas da UE 2022”

A [conferência EU Agricultural Outlook](#) é o evento anual de intercâmbio entre as partes interessadas sobre as perspetivas económicas agrícolas. Inclui a discussão do quadro político e considerações sobre as incertezas em torno da evolução do mercado nos próximos 10 anos.

Através de intervenções de altos representantes das instituições da UE e organizações internacionais, e de painéis de discussão, este evento orientado para o futuro reúne agricultores, peritos agroalimentares e outros atores rurais para discutir questões atuais, para além de examinar perspetivas a médio prazo para os mercados agrícolas, tendo como horizonte o ano de 2032.

Já **abriram as inscrições** para participar na Conferência, que serão encerradas às 25h59 (CET) do dia 7 de dezembro.

Até 9 de dezembro



Controlo da adequação da aplicação do princípio do poluidor-pagador

De acordo com o princípio do poluidor-pagador os custos decorrentes das medidas de prevenção, controlo e reparação dos danos causados pela poluição devem ser suportados pelos poluidores. O presente controlo da adequação permitirá avaliar a aplicação deste princípio na UE, nomeadamente a nível das políticas suscetíveis de ter um impacto ambiental. O controlo analisará a aplicação do princípio a nível dos Estados-Membros.

Os resultados obtidos servirão de base para as recomendações que deverão ser formuladas em 2024 sobre a melhor forma de aplicar este princípio. O convite à apresentação de informações [encerra](#) a 9 de dezembro.

Até 14 de dezembro



Ano Europeu das Competências 2023

A Comissão Europeia [abriu](#) um período para apresentação de comentários em relação à proposta de Decisão de tornar o ano de 2023 o ano europeu dedicado às competências. Está, assim, aberto período mínimo de 8 semanas para apresentar comentários sobre este ato. Todos os comentários recebidos serão coligidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Até 16 de dezembro



Conceção ecológica — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel que os produtos fotovoltaicos deverão desempenhar na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos recém-instalados na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos. O novo regulamento deverá ser adotado pela Comissão Europeia no segundo trimestre de 2023.



Etiquetagem energética — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel previsto para os produtos fotovoltaicos na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos a instalar na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos.

Até 21 de dezembro



Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível,

desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas [poderão](#) contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.

Até 6 de janeiro



Alteração do Regulamento QFP 2021-2027 para apoio à Ucrânia

Está aberto um [período de carregamento de comentários](#) em relação à proposta de alteração do Regulamento referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo. Os comentários recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis a comentários e sugestões](#).

Até 9 de janeiro



Serviços turísticos — iniciativa de arrendamento de curta duração

Esta [iniciativa](#) tem por objetivo fomentar um crescimento responsável, justo e fiável dos arrendamentos a curto prazo como parte de um ecossistema turístico equilibrado. Visa igualmente assegurar condições de concorrência equitativas para todos os prestadores de serviços de alojamento e responder às muitas partes interessadas que pediram uma ação a nível da UE neste domínio. A iniciativa implicará a oferta de soluções equilibradas para as cidades, os fornecedores e as plataformas de arrendamento de curta duração entre pares e profissionais, beneficiando, em particular, as pequenas e médias empresas. A proposta de regulamento será adotada em 2023.



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta [iniciativa](#) procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta.



Qualidade do ar — revisão das regras da UE

O ar limpo é essencial para a saúde humana e ambiental. Para o efeito, a UE estabelece normas para evitar a acumulação de concentrações excessivas de poluição. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE está a rever estas normas, a fim de as aproximar das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Visa igualmente melhorar o conjunto de legislação da UE em matéria de ar limpo, com base nos ensinamentos retirados da avaliação («balanço da qualidade») das regras da UE neste domínio, realizada no ano passado. Os [contributos](#) relativos a esta proposta de Diretiva podem ser carregados até ao dia 9 de janeiro.

Até 10 de janeiro



Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o [6º convite à apresentação de propostas](#) de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.



Consulta pública sobre a revisão do Regulamento de minimis

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão do Regulamento de minimis, que decorrerá até ao próximo dia 10 de Janeiro de 2023. A Comissão propõe-se rever o limiar de *minimis* para o adaptar ao contexto económico atual e a melhorar os requisitos de transparência. Estas alterações traduzem-se no texto do regulamento [proposto](#), que está sujeito à presente consulta pública, podendo consultar [aqui](#) a nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento.

Até 11 de janeiro



Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O [período de submissão de contributos](#) para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 15 de janeiro



Prémio de Gestão de Solos e Terras

O [convite à apresentação de candidaturas](#) estará aberto até ao dia 15 de janeiro. O [prémio](#) é atribuído todos os anos ao vencedor durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, que se realiza em Bruxelas. A iniciativa premeia as práticas de gestão do solo que atenuam as ameaças do solo, ou seja, degradação do solo, erosão, redução do teor de matéria orgânica, contaminação difusa e compactação, bem como a redução da biodiversidade do solo, salinização, impermeabilização, inundação e deslizamento de terras. Quem pode candidatar-se? Agricultores, proprietários de terras, gestores de terras, grupos de agricultores, por conta própria ou em colaboração com institutos de investigação, universidades e/ou empresas privadas.

Atenção: a candidatura deve ser preenchida preferencialmente em inglês. Se a candidatura for redigida noutra língua, deve ser anexado um resumo bem estruturado do projeto em inglês. O projeto terá de ser submetido via e-mail ao Coordenador do Prémio em Emmanuelle.mikosz@elo.org.

Até 18 de janeiro



Candidaturas ao Colégio da Europa

As candidaturas para a frequência de cursos de pós-graduação no Colégio da Europa no ano académico 2023/2024 [estão](#) abertas até 18 de janeiro de 2023. O Governo Regional dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa “José Medeiros Ferreira” - para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa - no Campus de Bruges (Bélgica) ou no Campus de Natolin (Polónia) - que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento, alimentação e uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso.

A atribuição desta bolsa, cujo período de candidaturas será oportunamente publicitado, é decidida após a admissão dos candidatos da Região Autónoma dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que estes deverão ter concorrido e sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Estudos Europeus Interdisciplinares, Política e Administração ou Relações Internacionais e Diplomáticas.

Para se poderem candidatar a esta bolsa, os indivíduos que, tendo sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, devem ter, cumulativamente, até 30 anos de idade (completados à data do início do curso), realizado e concluído o Ensino Secundário na região e ser residentes no arquipélago dos Açores há pelo menos três anos. Os candidatos devem possuir uma licenciatura e ter domínio, escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.

Até 20 de janeiro



Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a

Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Até 31 de janeiro



Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram [abertas](#) as inscrições para a participação na "**Jornada de Informação**" organizada pela Comissão Europeia **no dia 24 de novembro de 2022**. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia **16 de novembro**.

Até 9 de fevereiro



Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras,

rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)¹ (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Auxílios estatais: Comissão aprova regime irlandês de apoio aos produtores de forragens no valor de 60 milhões de euros

A Comissão Europeia aprovou um regime irlandês de apoio ao setor agrícola, em particular aos produtores de forragem, no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia, no valor de 60 milhões de euros. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de Crise](#), adotado pela Comissão a [23 de março de 2022](#) e alterado a [20 de julho de 2022](#) e a [28 de outubro de 2022](#). Ao abrigo deste regime, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas.

O objetivo do regime é fornecer apoio de liquidez às empresas agrícolas, e em particular aos produtores de forragem, que são fortemente afetados pela atual crise geopolítica e pelo consequente aumento dos custos de energia e outros fatores de produção. A Comissão verificou que o regime irlandês está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise. Em particular, a ajuda (i) não excederá 250 mil euros por beneficiário; e (ii) será concedida o mais tardar até 31 de dezembro de 2023. A Comissão concluiu que o regime é necessário, adequado e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de

um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise. Nesta base, a Comissão aprovou o regime ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número SA.104737 no [registo de auxílios estatais](#) no [website](#) da concorrência da Comissão, assim que quaisquer questões de confidencialidade tiverem sido resolvidas.



Alargamento do espaço Schengen

Reforçar o espaço Schengen: Bulgária, Roménia e Croácia prontas para participar plenamente no espaço Schengen

A Comissão Europeia [convida](#) o Conselho a tomar as medidas necessárias, sem mais demoras, para autorizar a Bulgária, a Roménia e a Croácia a participarem plenamente no espaço Schengen. Numa comunicação, a Comissão faz o balanço dos bons resultados obtidos por estes três Estados-Membros no respeitante à aplicação das normas de Schengen.

Durante anos, estes Estados-Membros contribuíram significativamente para o bom funcionamento do espaço Schengen, nomeadamente durante o período da pandemia e, mais recentemente, quando confrontados com as consequências sem precedentes da guerra na Ucrânia. Embora os três países já estejam parcialmente vinculados pelas normas de Schengen, os controlos nas fronteiras internas com estes Estados-Membros não foram suprimidos, pelo que não beneficiam de todos os benefícios decorrentes do facto de fazerem parte do espaço Schengen sem controlos nas fronteiras internas. A plena integração do espaço Schengen é uma obrigação para estes Estados-Membros, pelo que, uma vez que preenchem as condições necessárias, a tal devem ser autorizados.

Um espaço Schengen alargado sem controlos nas fronteiras internas tornará a Europa mais segura — graças ao reforço da proteção das nossas fronteiras externas comuns e a uma cooperação policial eficaz, mais próspera — eliminando o tempo perdido nas fronteiras e facilitando os contactos entre as pessoas e as empresas, e mais atrativa — alargando significativamente o maior espaço comum do mundo sem controlos nas fronteiras internas.



Ambiente

COP27: Equipa Europa intensifica apoio à adaptação às alterações climáticas e à resiliência em África no âmbito da *Global Gateway*

A UE e a União Africana [anunciaram](#) uma nova Iniciativa *Team Europe* de apoio à adaptação às alterações Climáticas e Resiliência em África como parte do Pacote de Investimento UE-África. Esta iniciativa reunirá os programas de adaptação às alterações climáticas existentes e novos, de mais de mil milhões de euros, e potenciará o seu impacto através de uma melhor coordenação e de um diálogo político reforçado sobre adaptação entre a UE e a UA. Isto inclui 60 milhões de euros por perdas e danos resultantes da contribuição global da UE.

Reforçará a cooperação com os parceiros africanos para responder ainda mais às suas necessidades de adaptação e mitigar os riscos de catástrofe. A Iniciativa é lançada pela Comissão Europeia juntamente com a Dinamarca, França, Alemanha e Países Baixos e está aberta a outros Estados-Membros e bancos de desenvolvimento, o que pode reforçar e acelerar ainda mais a ação coordenada da Equipa Europa neste domínio.



Coesão e solidariedade interna da UE

Estabelecer o caminho para tornar a economia social da UE e as empresas locais mais resilientes, verdes e digitais

A Comissão Europeia [publicou](#) a [rota da transição](#), cocriada com partes relevantes no setor da economia social, para ajudar as entidades da economia social e as pequenas empresas locais a tornarem-se mais verdes e mais digitais. O relatório apresenta um conjunto de 30 ações em 14 áreas diferentes. Por exemplo, a rota propõe ações para ajudar as entidades da economia social a melhorar a sua eficiência energética, a fim de reduzir o seu consumo de eletricidade. Também incentiva as autoridades públicas a apoiar a criação de parcerias ecológicas locais, por exemplo para melhorar as cadeias de valor locais na gestão de resíduos circulares, na produção de energia limpa ou no apoio aos mercados alimentares locais sustentáveis. Para melhorar a digitalização, o relatório enumera ações como o apoio ao desenvolvimento de um código de conduta para as entidades da economia social e as empresas locais para melhor gerirem os seus dados de forma transparente.

A Comissão abriu um concurso público, convidando todas as partes relevantes a apresentar os seus compromissos concretos e a manifestar interesse em trabalhar em conjunto na implementação da rota da transição da economia social e das empresas locais da UE. Após a [rota do turismo](#), lançada em fevereiro de 2022, esta rota da transição é a segunda no âmbito da atualização da [Estratégia Industrial](#), onde a Comissão apelou a ecossistemas industriais para acelerar a transformação verde e digital e aumentar a resiliência da Europa.

Sete países receberão quase 720 milhões de euros de ajuda da UE após catástrofes naturais registadas em 2021

O apoio [será](#) distribuído à Alemanha (612 milhões), Bélgica (88 milhões), Países Baixos (5 milhões), Áustria (1 milhão) e Luxemburgo (2 milhões) na sequência de uma série de inundações catastróficas no verão de 2021. O apoio à Espanha (9,5 milhões) e à Grécia (1,4 milhões) surge após a erupção vulcânica registada em La Palma e o terramoto em Creta, respetivamente.

Política de Coesão da UE: Comissão anuncia vencedores dos prémios REGIOSTARS 2022

A Comissão [anunciou](#) os vencedores da edição de 2022 do [prémio REGIOSTARS](#) que recompensa os melhores projetos apoiados da política de coesão na UE. Para celebrar o 15.º aniversário dos prémios, foram nomeados 15 projetos entre finalistas e vencedores das edições anteriores. Um grupo de jovens jornalistas fez breves documentários sobre a evolução dos projetos desde as suas nomeações REGIOSTARS.

Após uma votação pública, a Comissária responsável pela Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, apresentou os prémios aos vencedores numa cerimónia em Évora: o primeiro lugar foi para o projeto de «reabilitação e recuperação» da Cittadella Gozo, em Malta; o segundo lugar foi atribuído a um projeto-piloto e-Escolas; e, o terceiro lugar foi atribuído ao «Programa de Construção Sustentável, PICSA, na Andaluzia».

Os Prémios REGIOSTARS são organizados anualmente pela Comissão desde 2008. Tornaram-se o rótulo de excelência da Europa para projetos financiados no âmbito da política de coesão da UE, que apresentam abordagens inovadoras e inclusivas no domínio do desenvolvimento regional. Inspiraram as regiões a contribuir para a política de coesão da UE, cujo impacto é cada vez maior.

A partir de 2023, as categorias articular-se-ão em torno dos objetivos políticos do período de programação de 2021-2027. Além disso, o processo de seleção decorrerá em duas fases, sendo os finalistas de cada categoria convocados para uma fase final perante um júri, no decurso da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios. As cerimónias de entrega dos prémios realizar-se-ão de forma rotativa nos Estados-Membros. Em 2023, a cerimónia de entrega dos prémios decorrerá em Ostrava, na Chéquia.



Defesa e Segurança

Ucrânia: UE lança a Missão de Assistência Militar

O Conselho [lançou](#) a Missão de Assistência Militar da União Europeia de apoio à Ucrânia (EUMAM Ucrânia) para continuar a apoiar a Ucrânia contra a atual guerra de agressão russa. O objetivo da missão, formalmente estabelecida a 17 de outubro, é reforçar a capacidade militar das Forças Armadas Ucranianas para lhes permitir defender a integridade territorial e a soberania da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como proteger a população civil. A EUMAM Ucrânia tem um mandato não executivo para fornecer formação individual, coletiva e especializada a um máximo de 15 mil efetivos das Forças Armadas Ucranianas em múltiplos locais no território dos Estados-Membros da UE.

O Comandante da Missão será o Diretor da Capacidade de Planeamento e Conduta Militar (MPCC), Vice-Almirante Hervé Bléjean. Além disso, o Conselho adotou uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo de Apoio à Paz Europeu (EPF) no valor de 16 milhões de euros para apoiar o reforço das capacidades das Forças Armadas Ucranianas pela EUMAM Ucrânia. Tanto a EUMAM Ucrânia como a medida de assistência foram concebidas com base nos requisitos operacionais da Ucrânia e irão financiar a provisão por parte dos Estados-Membros da UE de: munições, equipamento militar e plataformas concebidas para fornecer força letal; transporte, custódia e manutenção e reparação do equipamento financiado através da medida de assistência. A medida de assistência terá uma duração de 24 meses, e acrescenta-se às sucessivas contribuições da UE para a Ucrânia ao abrigo do EPF, que ascendem agora a mais de 3,1 mil milhões de euros.

Armas químicas: UE impõe novas medidas restritivas a dez pessoas e a uma entidade

O Conselho [decidiu](#) impor novas medidas restritivas tendo em conta a ameaça permanente que a proliferação e a utilização de armas químicas representam. As novas designações visam dez pessoas e uma entidade ligadas ao envenenamento de Alexei Navalny com um agente neurotóxico do tipo Novichok em 20 de agosto de 2020, bem como ao fabrico de vetores de armas químicas na Síria. No que diz respeito ao caso Navalny, as novas designações incluem agentes e altos funcionários do Serviço Federal de Segurança da Rússia (FSB), bem como peritos russos em armas químicas, ao passo que, no que diz respeito à Síria, a UE sanciona a empresa MHD Nazier Houranieh & Sons, que fornece materiais utilizados no fabrico de vetores de armas químicas ao Centro de Estudos e Investigação Científica [Scientific Studies and Research Centre (SSRC)] da Síria, bem como os seus coproprietários.

As medidas restritivas da UE contra a utilização e a proliferação de armas químicas aplicam-se agora a um total de 25 pessoas e 3 entidades. As pessoas designadas estão sujeitas a um congelamento de bens e a uma proibição de viajar, o que as impede de entrar ou transitar pelo território da UE. Além disso, é proibido a pessoas e empresas da UE colocarem fundos à disposição das pessoas e entidades incluídas na lista.

A UE continua plenamente empenhada no combate à proliferação e à utilização de armas químicas e no apoio à aplicação das disposições estabelecidas pela Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição (CAQ).

Declaração do alto representante, em nome da UE, sobre a explosão de um míssil na Polónia

A União Europeia [expressou](#) a sua unidade inabalável, a sua determinação e a sua total solidariedade para com a Polónia e o povo polaco na sequência da explosão de um míssil em 15 de novembro, na aldeia polaca de Przewodów, perto da fronteira com a Ucrânia, que resultou na morte de dois cidadãos polacos. A UE referiu que apoia plenamente a investigação em curso, pela Polónia, para apurar os factos no terreno.

O comunicado refere ainda que «este trágico incidente é o resultado de mais uma nova vaga maciça de ataques com mísseis levada ontem a cabo pela Rússia contra cidades ucranianas, tendo como alvo civis e infraestruturas civis. Esses ataques constituem violações flagrantes do direito internacional. A Rússia continua a disseminar desinformação sobre a guerra injustificada e não provocada que está a travar contra a Ucrânia. Não deixaremos de denunciar a Rússia pela sua manipulação de informações e ingerência. A Rússia tem de pôr termo à sua guerra ilegal. Mantemo-nos firmes no nosso apoio à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia, bem como ao seu direito inerente de legítima defesa contra a agressão russa, conforme consagrado na Carta das Nações Unidas. Continuaremos a prestar um forte apoio político, militar, humanitário e financeiro à Ucrânia durante o tempo que for necessário. Continuaremos a aumentar a pressão sobre a Rússia, nomeadamente através da imposição de medidas restritivas, para que ponha termo à guerra e se retire do território da Ucrânia.»

Gestão das fronteiras: Conselho autoriza abertura de negociações com quatro parceiros dos Balcãs Ocidentais sobre a cooperação no âmbito da Frontex

O Conselho [decidiu](#) autorizar a abertura de negociações com a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, o Montenegro e a Sérvia para alargar os acordos de cooperação no âmbito da Frontex. A UE já tinha celebrado acordos com a Albânia, o Montenegro e a Sérvia ao abrigo do anterior mandato da Frontex, mas esses acordos apenas permitiram à agência realizar operações conjuntas e destacar equipas para as regiões dos países limítrofes da UE. Foi também negociado em condições semelhantes um acordo com a Bósnia-Herzegovina, o qual ainda não foi assinado.

Os acordos negociados no âmbito do novo mandato da Frontex permitirão à agência prestar assistência a esses países nos seus esforços com vista a gerir os fluxos migratórios e a combater a imigração ilegal e a criminalidade transfronteiras em todo o seu território. Os novos acordos permitirão igualmente ao pessoal da Frontex exercer poderes executivos, como os controlos nas fronteiras e o registo de pessoas.

CEP: Reino Unido será convidado a participar no projeto "Mobilidade militar"

Na sequência do pedido do Reino Unido para participar no projeto CEP "Mobilidade militar", o Conselho [adotou](#) uma decisão que confirma que a participação do Reino Unido neste projeto preenche as condições gerais estabelecidas na Decisão (PESC) 2020/1639 de novembro de 2020. A decisão autoriza os Países Baixos, enquanto coordenador do projeto, a convidar formalmente o Reino Unido a aderir a este projeto CEP, e reconhece igualmente o valor acrescentado significativo que o Reino Unido poderá trazer ao projeto.

O projeto CEP "Mobilidade militar" é uma plataforma político-estratégica que visa simplificar e normalizar os procedimentos nacionais de transporte militar transfronteiras. Permite a rápida circulação de pessoal e meios militares em toda a UE, seja por via rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea. O Canadá, a Noruega e os Estados Unidos da América aderiram a este projeto em 2021, seguindo o mesmo procedimento.



Primeiro diálogo de alto nível UE-Turquia destaca a transformação verde e digital e o papel facilitador da educação, investigação e inovação

Mariya Gabriel, comissária para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, e Mustafa Varank, ministro da Indústria e Tecnologia da Turquia, [reuniram-se](#) em Bruxelas para o primeiro diálogo de alto nível UE-Turquia sobre ciência, investigação, tecnologia e inovação. O diálogo centrou-se nos aspetos do Pacto Ecológico Europeu, tais como a produção industrial verde, energias renováveis, e cidades neutras e inteligentes em termos climáticos. Foi também dada ênfase ao papel da educação e da formação no fomento da inovação e da transferência de tecnologia.

Construir o Espaço Europeu da Educação: os progressos obtidos no que toca aos objetivos da UE em matéria de educação, os desafios subsistentes em matéria de equidade e a falta de professores

A Comissão Europeia [aprovou](#) o Relatório sobre os progressos obtidos no sentido da concretização do Espaço Europeu da Educação. O relatório não só faz o balanço das iniciativas e das tendências atuais da UE no que diz respeito aos progressos obtidos para concretizar os objetivos fixados a nível da UE no domínio da educação e da formação, como define as tarefas a executar antes de 2025.

As 40 iniciativas em curso a nível da UE incluem ações estratégicas, desde a aprendizagem mista até à aprendizagem em prol do desenvolvimento sustentável e à estratégia europeia para as universidades, bem como projetos financiados pela UE, como as Academias de Professores, a coligação «A Educação ao Serviço da Proteção do Clima» e os Centros de Excelência Profissional. Além disso, é feito um acompanhamento do trabalho dos grupos de peritos, como os que tratam da desinformação ou do investimento de qualidade, e são adotadas medidas para tornar o Programa Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade mais inclusivos. Graças a

um compromisso comum para com o Espaço Europeu da Educação, estas iniciativas reforçam as medidas adotadas pelos Estados-Membros.



Economia e Mercado

NextGenerationEU: Comissão Europeia recebeu de Espanha um pedido de pagamento de 6 mil milhões de euros em subvenções ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Este é o terceiro pedido de pagamento de Espanha e diz respeito a 24 marcos e 5 metas que abrangem várias reformas e investimentos nas áreas das transições verdes e digitais, pensões, investigação, desenvolvimento e inovação, educação e formação profissional. Outras áreas cobertas incluem cuidados de saúde, apoio a grupos vulneráveis, procedimentos de insolvência, qualidade da despesa pública e a prevenção da evasão e fraude fiscais.

O Plano de Recuperação e Resiliência de Espanha é financiado por 69,5 mil milhões de euros em subvenções, com 7,7 mil milhões de euros em subvenções adicionais ainda disponíveis para pedido. Tal como em todos os Estados-Membros, os pagamentos ao abrigo do MRR estão baseados no desempenho e dependentes da Espanha implementar os investimentos e reformas delineados no seu plano de recuperação e resiliência.

A Comissão irá agora avaliar o pedido e enviará então a sua avaliação preliminar ao Comité Económico e Financeiro do Conselho. Mais informações sobre o processo de avaliação dos pedidos de pagamento dos Estados-Membros ao abrigo do MRRF estão disponíveis no [presente Q&A](#). Mais informações sobre o plano espanhol de recuperação e resiliência estão disponíveis [aqui](#).

Comissão Europeia efetua consultas sobre o projeto de texto de revisão do Regulamento de minimis.

Ao abrigo das regras atuais, os Estados-Membros podem conceder apoio até 200 mil euros por beneficiário durante um período de 3 anos ("limiar de minimis") sem notificação prévia à Comissão para aprovação. Este montante é considerado como não tendo qualquer impacto na concorrência e no comércio no mercado único da UE e, por conseguinte, não é considerado como auxílio estatal. Estas regras expiram em 31 de dezembro de 2023.

A avaliação realizada em 2020 no contexto do controlo de aptidão das regras em matéria de auxílios estatais mostrou que, globalmente, o [Regulamento de minimis](#) tem sido adequado ao objetivo. A 27 de junho de 2022, a Comissão publicou um "convite à apresentação de provas" sobre esta proposta de revisão no Portal "Legislar Melhor": 132 contribuições foram recebidas entre a data de publicação e 25 de julho de 2022.

Neste contexto, a Comissão [propõe](#) a revisão do limiar de minimis para o adaptar ao atual contexto económico e melhorar os requisitos de transparência através da introdução dum registo obrigatório dos beneficiários, o que reduzirá a carga administrativa das empresas que atualmente utilizam um sistema de autodeclararão. Todas as partes, em particular as autoridades nacionais que concedem auxílios de minimis, podem apresentar as suas opiniões sobre a revisão proposta em qualquer língua oficial da UE na [página web](#) da Comissão, de 15 de novembro de 2022 até 10 de janeiro de 2023.

Comércio: Conselho define posição de negociação sobre regras contra a coerção económica

Os Estados-Membros [chegaram](#) a acordo quanto à sua posição de negociação (mandato) sobre um regulamento relativo à proteção da União e dos seus Estados-Membros contra a coerção económica exercida por países terceiros (Instrumento anticoerção – ACI). Tratar-se-á de um novo instrumento do conjunto de instrumentos autónomos da UE cujo objetivo é dissuadir os países terceiros de visarem a UE e os seus Estados-Membros exercendo uma coerção económica deliberada. O instrumento permitirá à UE defender-se melhor na cena mundial através de uma grande variedade de medidas de resposta.

Neste mandato, o Conselho visa reforçar a sua participação no processo de decisão, conferindo a si próprio competências de execução para determinar o que constitui coerção económica. A Comissão Europeia manterá competências de execução nas decisões sobre as medidas de resposta da UE, assegurando simultaneamente uma maior participação dos Estados-Membros nessas decisões.



Emprego

Pilar Europeu dos Direitos Sociais cinco anos depois: dos princípios às ações concretas para uma Europa social forte

A UE celebrou essa semana o quinto aniversário do [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) no primeiro [Fórum Europeu para o Emprego e os Direitos Sociais](#), fazendo o balanço dos progressos realizados e olhando para o futuro. Passaram cinco anos após a proclamação do [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) na Cimeira Social de Gotemburgo, em 2017, pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão. Desde então, este compromisso foi reafirmado na [Cimeira Social do Porto](#) de 2021 pelos líderes da UE, pelos parceiros sociais e pelas organizações da sociedade civil. A Comissão apresentou mais de 130 iniciativas para aplicar o Pilar nos Estados-Membros e criar uma Europa social justa, inclusiva e plena de oportunidades.

Estas iniciativas vão desde a transparência salarial e igualdade entre homens e mulheres, salários mínimos e investimento em competências, até à luta contra a pobreza infantil, ao rendimento mínimo e à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores.

A [diretiva](#) relativa a salários mínimos adequados na UE já entrou em vigor e visa garantir que o trabalho é compensador. A diretiva estabelece um quadro para melhorar a adequação dos salários mínimos nos países com salários mínimos nacionais. Visa igualmente promover a negociação coletiva, bem como uma melhor aplicação e monitorização em todos os Estados-Membros. A [proposta de diretiva da Comissão relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais](#) garantirá que as pessoas que trabalham através de plataformas de trabalho digitais possam beneficiar dos direitos laborais e das prestações sociais a que têm direito. Apoiará igualmente o crescimento sustentável destas plataformas na UE.

O [quadro estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2021-2027](#) define as principais ações necessárias para melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores ao longo dos próximos anos. Por exemplo, para reduzir eficazmente a exposição ao amianto, que pode causar cancro, a Comissão [propôs a revisão da Diretiva Amianto no Trabalho](#) e a introdução de um limite de exposição profissional ainda mais rigoroso ao amianto.



Energia

Auxílios estatais: Comissão aprova uma medida alemã de apoio à empresa de energia SEFE GmbH no valor de 225,6 milhões de euros

A Comissão Europeia [aprovou](#) uma medida de ajuda alemã de 225,6 milhões de euros para apoiar a *SEFE Securing Energy for Europe GmbH* ('SEFE GmbH'), anteriormente Gazprom Germania GmbH, atualmente colocada sob a tutela da Alemanha. A medida permitirá ao Estado alemão adquirir em 100% a SEFE GmbH, em substituição da *Gazprom Export LCC*, a fim de salvaguardar a segurança do fornecimento de gás à economia alemã.

Ao abrigo da medida prevista, o atual capital registado de 225,6 milhões de euros será fixado em zero, o que de facto porá termo à propriedade do atual acionista russo. A SEFE GmbH emitirá então novas ações ordinárias com o mesmo valor nominal. A presente medida não irá, portanto, alterar o capital social da SEFE GmbH. As novas ações serão subscritas pela Alemanha.

A Comissão considerou que a medida alemã é necessária, adequada e proporcional para remediar uma perturbação grave na economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107(3)(b) do TFUE. Na sua avaliação, a Comissão seguiu igualmente os princípios estabelecidos no [Quadro temporário de Crise](#) e nas [Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação de 2014](#).

Crise energética: eurodeputados apoiam planos para impulsionar a utilização de energias renováveis

Nas suas emendas à proposta da Comissão Europeia, os eurodeputados da Comissão da Indústria, Energia e Investigação [reduziram](#) o período máximo para aprovar novas instalações de doze para nove meses, se localizadas nas chamadas "zonas de aceleração de energias renováveis". Estas serão assinaladas por cada Estado-Membro, dependendo da sua capacidade de instalar as energias renováveis a um ritmo mais rápido. Se a autoridade competente não responder dentro do prazo, a licença ou pedido é considerado aprovado - seguindo o chamado princípio do "silêncio positivo".

Fora destas áreas, o processo não deve exceder 18 meses, dizem os deputados europeus, - e não dois anos, como inicialmente proposto. O novo processo de concessão de licença abrangeria todas as etapas administrativas para construir, repotenciar e operar centrais para a produção de energia renovável, incluindo centrais elétricas híbridas. Abrangeria também o armazenamento, a ligação à rede e a integração de energias renováveis nas redes de aquecimento e refrigeração.

Os Estados-Membros deveriam também apoiar os ensaios de tecnologias inovadoras de energias renováveis, em que o procedimento para obter uma licença deveria ser pelo menos tão rápido como os das zonas de aceleração renovável, segundo os deputados europeus.



Espaço

Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo para reforçar as comunicações seguras mediante um novo sistema de satélites

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o regulamento que estabelece o programa Conectividade Segura da UE para o período 2023-2027. O programa estabelece objetivos para que a União Europeia implante uma constelação de satélites da UE, a fim de permitir o fornecimento de serviços de comunicação seguros até 2027.

Os ciberataques e as catástrofes naturais podem provocar o colapso das redes de comunicação terrestres. A criação desta constelação proporcionará a melhor interligação das infraestruturas críticas e serviços de comunicação por satélite independentes, resilientes e de alta velocidade. O programa permitirá a prestação de serviços governamentais que compreendem a proteção das infraestruturas críticas, o conhecimento da situação e o apoio às ações externas e à gestão de crises. Todos estes serviços contribuirão para aumentar a resiliência da UE. O programa não se destina apenas a beneficiar os organismos governamentais e as instituições da UE; permite também a prestação de serviços comerciais pelo setor privado, contribuindo assim para a competitividade da

indústria europeia. O programa está relacionado com a proposta da Comissão sobre a estratégia *Global Gateway* da UE. Permitirá dispor de acesso à Internet a preços comportáveis em toda a Europa e de conectividade segura em zonas geográficas de interesse estratégico, como a região do Ártico e a África.

A [Comissão](#) será proprietária dos ativos corpóreos e incorpóreos relacionados com a infraestrutura governamental desenvolvida no âmbito deste programa. O financiamento do programa Conectividade Segura provirá do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027. O programa mobiliza um montante total de 2,4 mil milhões de euros, parte do qual será atribuído a partir de programas como o Programa Espacial da UE, o Horizonte Europa e o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (IVCDI).

A infraestrutura será adquirida pela Comissão por meio de uma parceria público-privada, sendo os contratos adjudicados à indústria por concurso. Os contratantes selecionados desenvolverão, validarão, construirão e implantarão a infraestrutura governamental propriedade da UE, a fim de prestar serviços governamentais reforçados. Além disso, seriam também utilizadas infraestruturas comerciais para prestar serviços governamentais e serviços comerciais.



Estado de Direito

Comissão Europeia lança consulta relacionada com o Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, sociedade, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Irão: UE adota sanções adicionais contra autores de violações graves dos direitos humanos

O Conselho [acrescentou](#) 29 pessoas e três entidades à lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas no âmbito do atual regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos, devido ao seu papel na morte de Mahsa Amini e na violenta resposta às recentes manifestações no Irão.

As designações incluem os quatro membros da brigada que deteve arbitrariamente Mahsa Amini, chefes provinciais das forças policiais iranianas e do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (IRGC), bem como o brigadeiro-general Kiyumars Heidari, comandante das Forças Terrestres do Exército iraniano, pelo seu papel na repressão brutal dos recentes protestos. Além disso, a UE designa a empresa pública de televisão iraniana Press TV, responsável pela produção e transmissão de confissões forçadas de detidos. A UE designa ainda Vahid Mohammad Nthe Majid, chefe da Polícia Anticibercriminalidade iraniana, pela sua responsabilidade nas detenções arbitrárias de pessoas por criticarem o regime iraniano em linha. Por último, a UE designou também o ministro do Interior do Irão, Ahmad Vahidi, que é igualmente responsável pelas forças policiais, que cometeram graves violações dos direitos humanos.

As medidas consistem na proibição de viajar e no congelamento de bens. Além disso, é proibido a cidadãos e empresas da UE disponibilizarem fundos às pessoas e entidades constantes da lista. O regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos inclui também a proibição da exportação para o Irão de equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna e de equipamento de controlo das telecomunicações. A lista das pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas da UE no âmbito do atual regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos inclui agora um total de 126 pessoas e 11 entidades.

Hungria não resolveu os problemas relativos ao respeito pelo Estado de direito

Na quinta-feira, os eurodeputados [comentaram](#) as violações do Estado de direito pela Hungria. "O caso da Hungria é um teste importante para o mecanismo de condicionalidade do Estado de direito, para toda a ideia de condicionalidade orçamental. Exortamos a Comissão Europeia a reter o dinheiro até que todas as medidas estejam em vigor e sejam eficazes", disse o correlator Petri Sarvamaa (EPP, FI). "Queremos que a Hungria cumpra plenamente as 17 medidas corretivas a que se comprometeu". Se a Hungria ficar aquém das expectativas, esperamos que o Conselho congele parte do financiamento que vai para a Hungria a partir do orçamento da UE", concluiu.

"Analisámos as 17 medidas corretivas que o governo húngaro propôs para responder às preocupações da Comissão sobre corrupção e contratos públicos. A nossa opinião é que apenas duas das medidas propostas podem abordar as questões relacionadas, e neste momento apenas três das 17 foram implementadas", disse o correlator Eider Gardiazabal Rubial (S&D, ES).



Conclusões do Conselho sobre as mulheres, a paz e a segurança

A igualdade de género e os direitos humanos estão no cerne dos valores universais e constituem, só por si, prioridades que estão integradas em todas as políticas da União Europeia. O Conselho [recorda](#) as suas conclusões de 10 de dezembro de 2018 sobre as mulheres, a paz e a segurança (MPS), reafirma a validade da abordagem estratégica MPS da UE e compromete-se a aplicar integralmente o Plano de Ação da UE para as Mulheres, a Paz e a Segurança 2019-2024. É necessário abordar os novos problemas e desafios que têm surgido. A plena implementação dos compromissos assumidos no âmbito da agenda MPS é mais importante do que nunca e está no centro da paz e da segurança face ao atual contexto geopolítico e ambiente de segurança em mutação, tal como estabelecido na Resolução 1325 (2000) e nas resoluções subsequentes.

O Conselho está preocupado com o efeito desproporcionado que os conflitos armados continuam a ter nas mulheres e nas raparigas em todo o mundo, bem como com a prevalência da violência sexual e da violência de género, incluindo a violência sexual relacionada com conflitos, em linha e fora de linha. O Conselho intensificará os seus esforços no sentido de prevenir e combater a violência sexual e a violência de género, a fim de assegurar a plena responsabilização e combater a impunidade, e incentivará todas as partes interessadas a aderirem a este esforço coletivo. O Conselho sublinha que a UE aplicará uma abordagem coordenada para a atenuação dos riscos e a prevenção de todas as formas de violência sexual e de género, e assegurará que as respostas se centrem nas vítimas e nos sobreviventes e tenham em conta os traumas, nomeadamente através do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, bem como de apoio psicológico e de saúde mental. O Conselho reitera o seu firme compromisso de defender o direito internacional em matéria de direitos humanos e o direito internacional humanitário e de pôr termo à impunidade dos crimes internacionais, nomeadamente quando a violação é utilizada como arma de guerra.

Dia da Igualdade de Remuneração: Transparência salarial essencial para reduzir o fosso salarial de 13% entre homens e mulheres na UE

As mulheres na União Europeia [continuam](#) a ganhar menos do que os homens por trabalho igual, com a diferença salarial média de género na UE a situar-se nos 13%. Isto significa que por cada 1 euro que um homem ganha, uma mulher ganhará 0,87 euros. O progresso é constante, embora ainda demasiado lento, com uma redução da diferença de 2,8 pontos percentuais em 10 anos. Este ano, o Dia Europeu da Igualdade de Remuneração celebrou-se a 15 de novembro.



Comissão atribui o prémio Innovation Radar 2022 à NVision Imaging Technologies por melhorias na eficácia do tratamento médico

A Comissão Europeia [atribuiu](#) os prémios às inovações mais promissoras da Europa que surgiram a partir de projetos de investigação e inovação financiados pela UE. A [NVision Imaging Technologies](#) da Alemanha foi galardoada com o Prémio de Inovação Radar 2022 pelo seu "Cell level Metabolic MRI" que mostra como a tecnologia quântica pode melhorar significativamente as capacidades da MRI na deteção da eficácia dos tratamentos médicos nas fases iniciais.

Os vencedores foram também selecionados em três outras categorias; o prémio "Purpose-Driven" e "Green" para inovações sobre sustentabilidade foi ganho pela [Svelte](#) da Roménia pelo seu projeto de trazer inovação ao campo da conceção e construção de edifícios. O vencedor na categoria de "Saúde" para projetos de bem-estar foi a [Innovation Sprint](#) da Bélgica pela sua solução clínica digital que supera os tratamentos tradicionais. O vencedor da categoria "Kickstarter", que destaca as inovações de elevado potencial ainda nas fases iniciais de desenvolvimento, mas com uma estratégia convincente de colocação no mercado, foi a [Universidade Politécnica de Madrid](#), de Espanha, pela sua tecnologia de baterias termo-fotovoltaicas que pode fornecer uma solução rentável para armazenar grandes quantidades de energia durante longos períodos.

No evento anual do Radar de Inovação, 12 finalistas de toda a Europa apresentaram a um júri de investidores os seus planos para chegar ao mercado com inovações revolucionárias financiadas pela UE. O [Radar de Inovação](#) é uma iniciativa da Comissão para facilitar a descoberta de inovações emergentes de projetos de investigação e inovação financiados pela UE no âmbito de Horizonte 2020 e Horizonte Europa, os maiores programas de investigação, bem como o Programa LIFE.

Tribunal de Contas Europeu atesta o bom estado de saúde das parcerias público-privadas da UE para a investigação e inovação

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) [certificou](#) como fiáveis as contas do exercício de 2021 referentes a todas as empresas comuns da UE e confirmou os resultados positivos dos anos anteriores. O novo programa de financiamento da investigação e inovação (Horizonte Europa) estabelece objetivos ambiciosos para o período orçamental de 2021-2027. Por isso, o TCE lança o alerta: há que tomar medidas para alcançar as metas de contribuição do Horizonte 2020, corrigir as insuficiências que continuam a existir nos controlos internos e estar preparados para novos desafios, como o planeamento e a gestão dos recursos humanos.

As empresas comuns são parcerias entre a Comissão Europeia e o setor industrial e, em alguns casos, organizações de investigação ou intergovernamentais e Estados participantes. São financiadas por fundos em dinheiro provenientes dos programas de investigação e inovação da UE (Horizonte 2020, Horizonte Europa e Europa Digital), bem como por contribuições em espécie e outras contribuições financeiras dos outros parceiros.

Fundo do Conselho Europeu da Inovação: primeiros investimentos em capitais próprios, num total de 190 milhões de euros, no âmbito do Horizonte Europa

O [Fundo CEI](#) - a vertente de investimento em capitais próprios do Conselho Europeu da Inovação (CEI), que [constitui](#) uma componente fundamental da [Nova Agenda Europeia de Inovação](#) para identificar, desenvolver e expandir inovações tecnológicas profundas, tomou 35 decisões de investimento, um primeiro lote no âmbito do Horizonte Europa.

Tal surge na sequência do [primeiro investimento](#) na empresa SiPearl, em junho de 2022. Além disso, foram submetidos 24 acordos adicionais ao processo de aprovação de investimento do Fundo CEI, esperando-se que as novas decisões sejam tomadas nas próximas semanas.

Este facto marca um avanço significativo para a implementação da componente de investimento do [Acelerador do CEI](#) após a necessária reestruturação do Fundo do CEI e a [nomeação de um gestor de fundos externo](#), complementando os rápidos progressos na concessão da componente de subvenção. O Fundo CEI está agora plenamente operacional e apto a acelerar o apoio às *start-ups* inovadoras de alto risco e baseadas em tecnologias profundas a colocar no mercado e expandir as suas tecnologias inovadoras.



Mar e pescas

Comunicação da Comissão Europeia "Rumo a um Setor das Algas da UE Forte e Sustentável"

A Comissão Europeia [adotou](#) mais uma comunicação no âmbito da sua estratégia de redução de GEE. Desta feita, a iniciativa visa o setor das algas, e tem especial interesse para a componente da alimentação bovina (redução de CH₄). A [Comunicação "Rumo a um Setor das Algas da UE Forte e Sustentável"](#), traduz-se numa iniciativa pioneira para desbloquear o potencial das algas na União Europeia. A Comunicação propõe 23 ações para criar oportunidades para que a indústria ajude a crescer para um setor robusto, sustentável e regenerativo capaz de satisfazer a crescente procura da UE. A UE é um dos maiores importadores mundiais de algas marinhas, e espera-se que a procura atinja 9 mil milhões de euros em 2030, especialmente na alimentação, cosmética, farmacêutica e produção de energia.

A Comissão identifica 23 ações, que visam melhorar o ambiente empresarial, aumentar a consciência social e a aceitação de algas e produtos à base de algas pelos consumidores, e colmatar as lacunas de conhecimento, investigação e tecnologia. Algumas ações-chave incluem: desenvolvimento de um novo conjunto de ferramentas para os produtores de algas; facilitar o acesso ao espaço marinho, identificar locais ótimos para a cultura de algas marinhas e incluir a cultura de algas marinhas e a utilização múltipla do mar em planos de espaço marítimo; juntamente com o Comité Europeu de Normalização (CEN), desenvolvimento de normas para ingredientes de algas e contaminantes, bem como para biocombustível de algas; avaliação do potencial de mercado, eficiência e segurança dos materiais à base de algas quando utilizados na fertilização de produtos; examinar o mercado das algas e propor mecanismos de estimulação do mercado para apoiar a transferência de tecnologia da investigação para o mercado; financiamento de projetos-piloto de reorientação profissional e apoio a PME inovadoras e projetos no setor das algas; realização de estudos e discussões para obter melhores conhecimentos, entre outros, sobre as oportunidades de atenuação das alterações climáticas das algas e o papel das algas como sumidouros de carbono azul, definir níveis máximos de contaminantes e iodo nas algas; apoiar, através do Horizonte Europa e outros programas de investigação da UE, o desenvolvimento de novos e melhorados sistemas de processamento de algas, novos métodos de produção e sistemas de cultivo de algas; promoção de ações de sensibilização e análise da disponibilidade de dados relacionados com as algas.

Pescas: UE e países vizinhos acordam, em iniciativa inédita, planos de gestão plurianuais conjuntos no Mediterrâneo

Pela primeira vez, a UE e os países vizinhos do Mediterrâneo [estabeleceram](#) cinco planos de gestão plurianuais (MAP) de pleno direito baseados nos princípios da Política Comum das Pescas (PCP). Trata-se de um passo fundamental para melhorar a sustentabilidade ambiental e económica da pesca no Mediterrâneo. É o resultado da 45ª reunião anual da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM). Graças aos esforços conjuntos da Comissão, dos Estados-Membros e de mais de 20 outros países costeiros, a CGPM adotou por unanimidade um total de 21 medidas ambiciosas, 19 apresentadas pela União Europeia, para a gestão e controlo da pesca, aquicultura e proteção de habitats sensíveis. A UE apoia igualmente a implementação de todas as medidas e da nova Estratégia da CGPM para 2030, com uma subvenção anual de 8 milhões de euros.

A UE irá agora transpor as medidas relacionadas com as possibilidades de pesca de todas as decisões adotadas através do regulamento sobre as possibilidades de pesca para o Mediterrâneo e o Mar Negro de 2023 a ser adotado pelos ministros das Pescas da UE em dezembro. Continuará a trabalhar com todos os países ribeirinhos do CGPM para a implementação das medidas recentemente adotadas no quadro sub-regional dos projetos MedSea4Fish e BlackSea4Fish.



Aviação: Assembleia Geral da Aliança para Emissões Zero na Aviação mobiliza agentes aeronáuticos

Mais de cem participantes de 90 organizações e empresas da indústria aeronáutica estiveram presentes na [primeira Assembleia Geral](#) da [Aliança para Emissões Zero na Aviação](#), organizada pela Eurocontrol. A Comissão Europeia apresentou vários tópicos, desenvolvidos em grupos de trabalho, incluindo infraestruturas aeroportuárias, requisitos energéticos dos aviões a hidrogénio e elétricos, certificação, normalização, necessidades regulamentares, considerações operacionais e ambientais.



Orçamento da UE para 2023: Conselho da União Europeia e Parlamento Europeu chegam a acordo

Na segunda-feira à noite, os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o Orçamento da UE para 2023, pouco antes do prazo do período de conciliação, que terminava na segunda-feira, 14 de novembro, à meia-noite. O Parlamento [obteve](#) um total de 1048,7 milhões de euros para as suas prioridades, para além do que a Comissão tinha inicialmente proposto no [projeto de orçamento](#).

Os números preliminares são de 186,6 mil milhões de euros em dotações de autorização e de 168,7 mil milhões de euros em dotações de pagamento. Os números detalhados estarão disponíveis mais tarde. Os eurodeputados conseguiram aumentar o financiamento de programas e políticas que consideram vitais para enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia e da crise energética, contribuindo para a recuperação pós-pandémica e reforçando os esforços para as transições verdes e digitais, de acordo com as prioridades do Parlamento estabelecidas nas suas [orientações para 2023](#).

Tribunal de Contas apela a maior integração das grandes prioridades políticas no orçamento da UE

Há enormes diferenças na forma como a Comissão Europeia integra as grandes prioridades políticas da UE nos programas de despesas, afirma o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no seu novo [relatório](#). As prioridades examinadas são o combate às alterações climáticas, a preservação da biodiversidade, a promoção da igualdade de género, o desenvolvimento sustentável e a transição digital. A igualdade de género é a prioridade menos bem integrada no orçamento da União, conclui o TCE. Também são muitas as diferenças no modo como a Comissão avalia a contribuição do orçamento da UE para estas cinco grandes políticas transversais e comunica informações sobre os progressos realizados.

"A Comissão deve incorporar mais as grandes prioridades políticas da UE no seu quadro de desempenho, em especial no que respeita à igualdade de género, à transição digital e aos objetivos de desenvolvimento sustentável, sem deixar de ter em conta o custo e a viabilidade da sua estratégia", afirma François-Roger Cazala, Membro do TCE responsável pelo relatório. "Deve também melhorar a comunicação de informações sobre as prioridades políticas transversais, para mostrar como aproveita ao máximo cada euro gasto, e destacar mais as despesas que contribuem para várias destas prioridades ao mesmo tempo", acrescenta.



Declaração final da XXVII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia

A XXVII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida no Parlamento Europeu nos dias 15 e 16 de novembro de 2022, sob a presidência de Serge Letchimy, Presidente do Conselho Executivo da Martinica, [adotou](#), entre outras, as seguintes considerações: «Consciente do contexto atual de guerra na Europa, a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) exprime a sua preocupação pela situação humanitária criada pelos conflitos bélicos, nomeadamente na Ucrânia. A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) reafirma o seu compromisso em prosseguir uma parceria privilegiada com a Comissão Europeia, e pretende reforçar um diálogo regular e construtivo com o Parlamento Europeu, o Conselho, e os organismos europeus. Agradece à Presidente Roberta Metsola o acolhimento da XXVII Conferência no Parlamento Europeu, testemunho de toda a atenção dispensada à Ultraperiferia.»

Referiu-se também que «a Conferência permanece apreensiva com a situação atual, que se segue a uma crise sanitária difícil. A este respeito, partilha as conclusões do estudo realizado pela Comissão Europeia sobre as consequências socioeconómicas da pandemia da covid-19 nas RUP, tais como o acréscimo das vulnerabilidades económicas e sociais e as desvantagens competitivas resultantes de um isolamento que se agravou. As medidas excecionais permitiram mitigar os efeitos, mas não foram suficientes para garantir que as RUP recuperassem os níveis, já de si preocupantes, em que se encontravam antes da crise.»

Presidente do Governo defende na Comissão Europeia papel que Açores conferem ao "prestígio mundial" da UE

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [reuniu-se](#) na terça-feira com a comissária europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, defendendo o papel da região, em concreto nas novas economias, como decisivo para o “prestígio mundial” da União Europeia (UE).

“Tivemos oportunidade de acrescentar às respostas necessárias à ajuda ao nosso desenvolvimento o potencial dos Açores no quadro de interesse de prestígio mundial da UE no que diz respeito a um futuro associado à ciência, novas economias, dimensão do mar e área espacial”, declarou o governante, falando no final da reunião de mais de uma hora com a Comissária Europeia. José Manuel Bolieiro sublinhou que Elisa Ferreira “entende a Europa no quadro da sua diversidade” e é “verdadeiramente solidária” com a “situação específica” das Regiões Ultraperiféricas (RUP), como os Açores.

Os passos para a criação de um POSEI-Transportes e mecanismos de apoio a uma aviação sustentável de e para o arquipélago açoriano foram alguns dos temas debatidos na reunião tida na Comissão Europeia. José Manuel Bolieiro esteve em Bruxelas a propósito da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, mantendo na cidade vários encontros com outros responsáveis europeus e representantes de Portugal na Bélgica. O governante reuniu-se também, entre outros, com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Presidente do Governo sublinha em Bruxelas necessidade de atenção às especificidades das Regiões Ultraperiféricas

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [sublinhou](#), em Bruxelas, que o “grande desafio” para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) passa por procurar, junto das instâncias europeias, “posições e soluções concretas” que respondam aos seus desafios.

“Ontem, como hoje, o grande desafio está na exigência” que estas regiões, como os Açores, devem continuar a reclamar junto das instâncias europeias, sustentou. José Manuel Bolieiro falava no Parlamento Europeu, na XXVII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida em Bruxelas entre hoje e quarta-feira.

As “condições e constrangimentos” das RUP, nomeadamente o seu distanciamento e insularidade, devem merecer “reconhecimento em tratado”, mostrando-se o Presidente do Governo satisfeito pelo “impulso” dado recentemente, por exemplo com o revisitar da estratégia para as RUP, na “defesa” destes territórios. O governante lembrou as várias crises de tempos recentes, como a covid-19, a crise inflacionista ou a guerra, lembrou a importância das comunicações e dos cabos submarinos nestes territórios, e defendeu que, para futuro, haja trabalhos para a criação de um POSEI-Transportes, mecanismo de “combater a distância e a insularidade”. As RUP, advogou, devem ver “compensado o sobrecusto do transporte, seja marítimo ou aéreo, quer em relação aos bens quer em relação às pessoas”.



Saúde

Dados sobre a resistência aos antimicrobianos: a utilização de antibióticos na UE está a diminuir, mas é necessário fazer mais

Um inquérito pan-europeu sobre a resistência aos antimicrobianos [mostra](#) que metade dos europeus ainda pensam, incorretamente, que os antibióticos matam os vírus. Ao mesmo tempo, 23 % dos inquiridos tomaram antibióticos no último ano, o que representa o valor mais baixo desde 2009 e mostra claramente que o trabalho desenvolvido pelos Estados-Membros e pela Comissão para ajudar a sensibilizar os cidadãos para os riscos da utilização excessiva de antibióticos está a dar frutos. No entanto, é necessário fazer muito mais.

A resistência aos antimicrobianos (RAM) constitui atualmente um dos maiores riscos para a saúde humana, sendo uma das [3 principais ameaças sanitárias](#) identificadas pela Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias da Comissão (HERA) que exigem medidas de coordenação a nível da UE. De acordo com os novos dados publicados pelo [Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças](#) (ECDC), estima-se que em toda a União Europeia, na Islândia e na Noruega, mais de 35 mil pessoas morrem todos os anos devido a infeções resistentes aos antibióticos. Estas infeções implicam [custos suplementares de 1,5 mil milhões de euros](#) em cuidados de saúde e perdas de produtividade na UE.

Eis os principais resultados do [Eurobarómetro especial](#): a utilização de antibióticos atingiu um mínimo histórico: 23 % dos europeus afirmam ter tomado antibióticos na forma oral no último ano, o que representa o nível mais baixo desde 2009. Mas esta percentagem varia entre 42 % em Malta e 15 % na Suécia e na Alemanha; cerca de 8 % dos antibióticos foram tomados sem receita médica; uma grande parte dos europeus utilizou antibióticos sem justificação (ou seja, apenas para infeções ou sintomas virais).

União Europeia da Saúde: HERA garante até 2 milhões de doses da vacina contra a varíola dos macacos

A Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA) da Comissão [assinou](#) um contrato-quadro de contratação pública conjunta com a empresa *Bavarian Nordic* para o fornecimento de até 2 milhões de doses da vacina contra a varíola dos macacos no decurso de 2023 e 2024. Os 14 países participantes terão assim a possibilidade de adquirir doses para dar resposta às suas necessidades a médio e longo prazo e de constituir reservas. As primeiras entregas no âmbito da contratação pública conjunta de doses de vacina terão início no segundo trimestre de 2023.



UE e Angola celebram o primeiro acordo de facilitação do investimento sustentável

A Comissão Europeia [concluiu](#) as negociações com a República de Angola sobre um Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável (AFIS) - o primeiro acordo deste tipo que a UE celebra. A UE celebra esses acordos para promover investimentos sustentáveis no contexto do seu envolvimento com os parceiros africanos. O AFIS UE-Angola permitirá atrair e expandir investimentos sustentáveis, integrando simultaneamente compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável nas relações UE-Angola. A UE está empenhada em reforçar a sustentabilidade da sua política comercial, como estabelecido na nova estratégia comercial.

Este acordo contribuirá para impulsionar o investimento sustentável em Angola e a UE prestará igualmente apoio técnico para o pôr em prática. Angola procura diversificar o seu modelo económico, atualmente baseado nas abundantes matérias-primas e recursos energéticos de que dispõe. O AFIS apoiará igualmente os esforços de Angola no sentido de melhorar o clima de investimento para os investidores estrangeiros e locais, especialmente as pequenas e médias empresas. Para além do acordo, Angola tenciona aderir ao Acordo de Parceria Económica entre a UE e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (APE UE-SADC), a fim de garantir o acesso privilegiado das exportações angolanas ao mercado da UE.

A celebração de acordos de investimento sustentável com África e a vizinhança meridional faz parte da estratégia mais vasta da UE no sentido de intensificar o diálogo com os países africanos através da abordagem «parceria de igual para igual». O objetivo é libertar o potencial económico, fomentar a diversificação económica e promover o crescimento inclusivo e sustentável. Estes acordos destinam-se a reforçar o comércio sustentável e as ligações de investimento entre ambos os continentes e na própria África, em consonância com a estratégia Global Gateway.

Dirigentes do G20 debatem desafios globais

Durante a cimeira de dois dias que se realizou em Bali, os dirigentes [debateram](#) a forma como a guerra da Rússia contra a Ucrânia tem vindo a prejudicar a economia mundial e, mais especificamente, a segurança alimentar e energética. Debateram também questões relacionadas com o clima, a saúde e o digital. A declaração poderá ser lida [aqui](#).

G20: 210 milhões de euros em assistência alimentar para os mais vulneráveis em todo o mundo

Um novo pacote de ajuda humanitária de 210 milhões de euros será [distribuído](#) por 15 países para satisfazer as suas necessidades crescentes. Eleva-se, assim, o apoio global da UE à segurança alimentar global até 8 mil milhões de euros entre 2020-2024. Em 2022, a insegurança alimentar atingiu níveis sem precedentes, tanto em escala como em gravidade, com pelo menos 205 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda e necessitando de assistência urgente. Este é o nível mais elevado de que há registo. Afeganistão, Etiópia, Nigéria, Sul do Sudão, Somália e Líbano continuam em risco de fome.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou na passada segunda-feira: "A guerra da Rússia na Ucrânia está a ter um grande efeito no fornecimento global de alimentos. Países que já eram vulneráveis a choques alimentares foram colocados numa situação dramática. Temos de agir para evitar a fome em algumas das zonas mais pobres do mundo. A UE está com os países mais vulneráveis e hoje a UE estende ainda mais o seu apoio aos que dele necessitam".



Declaração sobre direitos e princípios digitais: os valores e os cidadãos da UE no centro da transformação digital

Os Estados-Membros, o Parlamento Europeu e a Comissão [negociaram](#) a Declaração Europeia sobre os direitos e princípios digitais para a década digital. A declaração visa promover os valores europeus no âmbito da transformação digital, dar prioridade às pessoas, com a tecnologia digital a beneficiar todas as pessoas, empresas e a sociedade no seu conjunto.

A via da UE para a transformação digital das nossas sociedades e da nossa economia engloba, em especial, a soberania digital de uma forma aberta, o respeito pelos direitos fundamentais, o Estado de direito e a democracia, a inclusão, a acessibilidade, a igualdade, a sustentabilidade e o respeito pelos direitos e pelas aspirações de todos.

O texto recorda todos direitos pertinentes no contexto da transformação digital e deverá servir de referência para as empresas e para outras partes interessadas que desenvolvam e implantem novas tecnologias. A declaração deve também orientar os decisores políticos na reflexão sobre a sua visão da transformação digital: dar prioridade às pessoas no processo de transformação digital; apoiar a solidariedade e a inclusão, assegurar a conectividade, educação, formação e competências digitais, bem como o acesso aos serviços digitais em linha. A declaração salienta a importância da liberdade de escolha nas interações com algoritmos e sistemas de inteligência artificial e de um ambiente digital justo. Apela também ao reforço da segurança e da proteção no ambiente digital, em especial para as crianças e os jovens. Os Estados-Membros, o Parlamento e a Comissão comprometem-se igualmente a apoiar o desenvolvimento e a utilização de tecnologias sustentáveis.

O resultado das negociações tem agora de ser aprovado pelo Conselho, pelo Parlamento Europeu e pela Comissão. No que se refere ao Conselho, a Presidência checa tenciona apresentar o acordo aos representantes dos Estados-Membros (Coreper) assim que possível para que as três instituições cossignatárias possam assinar a declaração no Conselho Europeu de dezembro.

Regulamento dos Serviços Digitais: entrada em vigor da legislação europeia sobre as plataformas em linha

Entrou em vigor no dia 16 de novembro [Regulamento dos Serviços Digitais](#), que consagra um novo conjunto de regras da UE para um ambiente em linha mais seguro e mais responsável. O regulamento aplica-se a todos os serviços digitais que conectam consumidores a bens, serviços ou conteúdos.

O regulamento [cria](#) novas obrigações abrangentes para as plataformas em linha a fim de reduzir os danos e de combater os riscos em linha, introduz uma sólida proteção dos direitos dos utilizadores em linha e institui um novo quadro único de transparência e responsabilidade para as plataformas digitais. Concebidas como um conjunto único e uniforme de regras aplicáveis na UE, estas regras asseguram novas proteções aos utilizadores e segurança jurídica às empresas em todo o mercado único. Por último, o Regulamento dos Serviços Digitais, que é um instrumento regulamentar pioneiro a nível mundial, também funciona como uma referência internacional para uma abordagem regulamentar relativa aos intermediários em linha.

Cibersegurança nas instituições, órgãos e organismos da UE: Conselho adota posição sobre regras comuns

O Conselho [adotou](#) a sua posição sobre um projeto de regulamento destinado a garantir um elevado nível comum de cibersegurança nas instituições, órgãos e organismos da UE.

As referidas medidas foram propostas pela Comissão em março de 2022 no contexto de um súbito aumento significativo do número de ciberataques sofisticados que afetaram a administração pública da UE nos últimos anos. Estas medidas visam aumentar a resiliência e a capacidade de todas as entidades da UE para responder a incidentes, bem como fazer face às disparidades das respetivas abordagens mediante a criação de um quadro comum.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#) e [2023](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!